

Um modelo econômico duvidoso

Ives Gandra da Silva Martins

O sucesso inicial do Plano Real deveu-se à tríplice conjugação de fatores econômicos bem conduzidos, os quais permitiram, pela primeira vez em décadas de tentativas frustradas, reduzir a inflação a quase nenhuma expressão, a saber: a sensível redução do déficit público em seu conceito nominal, em fins de 1993, a acumulação de reservas cambiais expressivas e a adoção de um único indexador na economia.

Com a redução do déficit público, deixou de haver pressão inflacionária do Tesouro sobre o valor da moeda. Com a manutenção de reservas elevadas, foi possível enfrentar ataques especulativos ao plano de estabilização; com a eliminação de uma infinidade de índices e a adoção quase total de um único indexador (URV), foi possível, num único dia, transformando a moeda de conta (URV) em moeda de pagamento (real); liquidar a inflação.

A atual equipe econômica agiu com maestria nessa transformação. A partir desta revolução, todavia, não estou convencido de que a habilidade tenha sido a mesma.

De início, permitiu a equipe econômica que o déficit público voltasse, principalmente à luz de uma política autofágica de aumentar o endividamento interno por meio de juros elevadíssimos. Conseguiu implodir as finanças públicas e a economia privada, com a sextuplicação da dívida interna e o sucateamento de parcela considerável do parque empresarial brasileiro.

Justificou-se o governo: sem juros elevadíssimos, não atrairia "especuladores" para o País a fim de manter as reservas elevadas. O erro fundamental, todavia, residiu na "calibragem" de tais juros, muitíssimo mais elevados do que aqueles oferecidos pelos demais países emergentes, como Argentina e México. Estou convencido de que juros duas ou três vezes maiores que os do mercado internacional já seriam suficientes, naquele momento, para atrair investimentos, talvez de natureza menos especulativa, pela própria expressão de uma economia que saía de um processo de alta inflação sem estar desorganizada. O Brasil não teve um processo "hiperinflacionário", pois sua economia nunca se desorganizou, mas apenas de elevadíssima inflação.

O segundo erro foi cometido pelo ministro Ciro Gomes, que, pretendendo manter os preços baixos, reduziu, sem nenhuma negociação com outros países, as alíquotas de importação de 13 mil produtos, destruindo considerável parcela de indústrias nacionais. Estas não suportaram uma concorrência privilegiada,

O governo ficou prisioneiro da própria armadilha. No momento em que a crise estourou, estava mais vulnerável

em que os produtos estrangeiros chegavam com carga tributária inferior, juros menores e câmbio favorável, pela supervalorização do real.

Essa supervalorização foi outro erro. O governo deixou, pelo erro na calibragem de juros e câmbio, que o dólar, que valia R\$ 1 em 1º/7/94, despencasse, tornando impossível à empresa autenticamente nacional enfrentar o duplo problema de juros extorsivos e câmbio sobrevalorizado. Basta dizer que, até hoje, contra uma inflação de 65% no período, o câmbio desvalorizou-se apenas 18% desde 1º/7/94, em clara demonstração de que algo de errado permanece na matemática governamental.

Por fim, o governo, com exceção da emenda da reeleição, não se empenhou nas reformas administrativas, previdenciária e tributária, esta sem um projeto final definido, embora eu considere boa a proposta apenas delineada por Pedro Parente e Everardo Maciel.

Acresce que, para cobrir o crescente déficit público, gerado por uma rolagem da dívida de incrível magnitude, o governo foi obrigado a elevar consideravelmente os tributos, dando ao Brasil a mais alta carga tributária dos países emergentes; considerada a capacidade contributiva do povo em relação ao nível de prestação de serviços, ela representa a mais alta carga do mundo.

O governo, portanto, ficou prisioneiro da própria armadilha. No momento em que a crise mundial estourou, estava mais vulnerável que os demais países, pela inevitável desnacionalização de seu parque empresarial, pela brutal perda de competitividade da indústria brasileira, pelo fantástico endividamento externo e

interno, pelo descomunal déficit das contas externas e pela nenhuma capacidade de enfrentar pelos próprios meios a crise, mais produzida dentro do País do que fora dele.

Não houve, portanto, um ataque de "especuladores" contra o Real — os especuladores que tanto foram atraídos pela política governamental para o País —, mas uma defesa desses especuladores contra o Real, pela própria fragilidade de um modelo monetário duvidoso, de um modelo cambial desestruturado, da inexistência de uma política empresarial capaz de recolocar o País na trilha do desenvolvimento.

À evidência, a fragilidade do modelo econômico brasileiro provocou pânico no mundo. Uma eventual desvalorização do real em 15%, como desejado por muitos economistas, arrebentaria a América Latina, embora recolocasse o País em condições de competir dentro e fora de seu mercado.

Em face de qualquer crise monetária e cambial, têm os governos três caminhos: desvalorização cambial, aumento de tributos, alta de juros. O primeiro, se tomadas medidas antiinflacionárias, como redução da carga tributária condicionada, para manutenção de preços baixos e reativação da economia, não onera o governo nem a indústria, salvo exceções, mas apenas o setor financeiro, que, todavia, corre os riscos inerentes ao fato de ser trocador de dinheiro. A elevação dos juros prejudica a indústria e o governo, e a elevação dos tributos, apenas o segmento produtivo.

O Brasil escolheu o pior dos regimes: aumentar juros e tributos, no atual ajuste. Mantendo estável o câmbio, notoriamente valorizado. Vale dizer: passou a tirar maior competitividade do produtor nacional, facilitando a vida dos produtores estrangeiros, não só no mercado interno como no externo.

Pior: escolheu para aumentar a imposição fiscal os dois mais retrógrados tributos do sistema, pois incidem em cascata e só oneram o produtor brasileiro, criando notável "descompetitividade" perante produtores externos. Em outras palavras, o aumento da CPMF e da Cofins, que incidem em cascata "n" vezes sobre a produção interna e só uma vez sobre produtos importados, auxilia ainda mais as indústrias estrangeiras

que exportam para o País, com juros civilizados (no Mercosul, sem tarifas aduaneiras, fora a lista de exceção), prejudicando as nacionais.

Como se percebe, foi escolhido para sair da crise um modelo no médio e longo prazos extremamente negativo para o País, muito embora agrade a todas as nações que vendem para o Brasil e ao FMI, que, enquanto o câmbio for "estável", vê os problemas da América Latina estabilizados, por garantir-lhe o mercado brasileiro. Os produtos nacionais perdem competitividade com essa prática, mas vivem a ilusão de que a circulação do dinheiro em prestado pelos grandes países gera estabilidade.

Nesse quadro, enquanto os juros do mundo inteiro despencam, o Brasil promete taxas de 42% ao ano em 1998, 25% para 1999, 20% para 2000 e 15% para 2001, isto é, mantendo taxas cinco, quatro e três vezes superiores aos juros internacionais nos próximos três anos, a ser suportadas exclusivamente pelos produtores nacionais e pelo Tesou-

O Brasil escolheu o pior regime: aumentar juros e tributos, mantendo estável o câmbio, notoriamente valorizado

ro, ofertando fantástico benefício a todos aqueles que aplicaram no mercado tais recursos. E, enquanto todos os países em crise reduzem sua carga tributária para salvar a economia, o Brasil a aumenta, para gerar recessão.

O Japão, por exemplo, desvalorizou sua moeda mais do que o real, apesar de ter inflação menor no período.

Pergunta-se: haveria possibilidade de um outro modelo? Estou convencido de que sim. O fortalecimento do empresariado nacional, com a possibilidade de reconquistar mercados internacionais, embora retirando mercado dos países desenvolvidos, é o melhor caminho para a estabilidade futura do País e do mundo.

Manter um modelo que aposta na recessão para manter estável uma moeda sobrevalorizada, dentro de uma Federação que retira o equivalente a 33% do PIB em tributos para não prestar serviços públicos (enquanto a Argentina retira 15%, o México

17%, o Paraguai 11%), é continuar apostando num modelo duvidoso, que torna a Federação mais endividada, as contas externas mais vulneráveis, o empresariado nacional mais fragilizado, o desemprego mais acentuado e as perspectivas de recuperação mais distantes. Uma vez mais o governo, que fracassou em todas as tentativas de reduzir despesas, chama a sociedade combatida a pagar a conta de seus fracassos orçamentários.

Não estou convencido de que uma desvalorização viesse a enfraquecer o País, nem de que gerasse impacto inflacionário se reduzissem os tributos circulatorios, condicionada à redução ao seu repasse para o consumidor. Mantendo preços abaixo dos atuais.

A adoção exclusiva de uma contribuição de intervenção no domínio econômico sobre produtos importados, para compensar a carga tributária cumulativa que o produtor brasileiro paga a mais do que o estrangeiro, geraria receitas sem provocar problemas consideráveis de competitividade do produto brasileiro. E não seria contrária à OMC; desde os tempos do Gatt, é proibido que haja tributos incidentes sobre os produtos estrangeiros superiores aos incidentes sobre os produtos nacionais. Ora, no caso, a recíproca é também verdadeira. Não é possível continuar com esse protecionismo às avessas, em que CPMF, PIS, Cofins atingem incomensuravelmente mais o produto nacional do que o estrangeiro.

Creio que o modelo abalado faliu. Há necessidade de dizer que o rei está nu. E ainda há tempo para que revertamos o quadro, que, se bem negociado, não teria, a meu ver, retaliações maiores das instituições internacionais. Antes, se bem explicado, mostraria que o Brasil está garantindo o melhor, a longo prazo, com uma economia em recuperação do que com uma economia ainda mais destinada ao sucateamento, a partir do ajuste fiscal. A matéria merece, pois, reflexão.

Ives Gandra da Silva Martins, 63, advogado tributarista, é professor emérito da Universidade Mackenzie e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Este artigo foi publicado originalmente na "Folha de S. Paulo".